

As eleições autárquicas de 12 de outubro de 2025 constituíram um momento determinante na reafirmação do poder local como matriz fundamental da democracia portuguesa. Longe de serem apenas um ritual periódico, os resultados eleitorais revelaram uma mudança qualitativa na relação entre eleitores e eleitos, demonstrando um renovado compromisso cívico com a gestão de proximidade. Com uma taxa de abstenção que desceu para 40,7%, a mais baixa em vinte anos, o sufrágio autárquico de 2025 mostrou que, num país marcado por desafios sociais e assimetrias territoriais persistentes, a política de base territorial é, mais do que nunca, um espaço de resposta concreta e de construção democrática plural.

O fenómeno observado não foi homogéneo em todo o território nacional, exigindo uma leitura diferenciada entre Portugal continental e a Região Autónoma da Madeira. No continente, assistiu-se a uma recomposição das forças partidárias tradicionais, com destaque para o regresso do Partido Social Democrata (PSD) à liderança no mapa autárquico, conquistando 136 câmaras, enquanto o Partido Socialista (PS) manteve influência relevante, assegurando 127 presidências municipais. Trata-se de uma alteração com valor simbólico e estratégico, que espelha não apenas a oscilação do pêndulo político, mas também a exigência do eleitorado por soluções concretas, rigor na gestão e proximidade na ação pública. A vitória do PSD não pode, contudo, ser interpretada como um cheque em branco: o voto revelou-se exigente, pragmático e atento à necessidade de inovação administrativa e de transparência nos processos de gestão.

A análise sociopolítica dos resultados autárquicos revela ainda uma clara delimitação entre influência retórica e eficácia territorial. O caso do partido Chega é ilustrativo: apesar da sua crescente expressão nacional em eleições legislativas, obteve apenas três câmaras municipais, revelando dificuldades na tradução da sua retórica populista em projetos autárquicos sustentáveis. A nível local, a proximidade, a competência e a reputação dos candidatos continuam a ser critérios decisivos, o que atenua a polarização ideológica e reforça o papel do capital social e da confiança como vetores da decisão eleitoral.

Simultaneamente, emergem com maior força os movimentos independentes e partidos de menor expressão nacional, como o Livre e a Iniciativa Liberal, que consolidaram posições em áreas urbanas e concelhos com eleitorados politicamente mais voláteis e cosmopolitas. Este fenómeno acentua a tendência para um sistema político mais fragmentado, mas também mais representativo das especificidades locais, favorecendo a inovação democrática e o experimentalismo governativo a nível municipal.

Na Região Autónoma da Madeira, as eleições reforçaram a estabilidade institucional e a continuidade política, com o PSD/M a conquistar a maioria dos 11 municípios, incluindo os concelhos de maior relevância estratégica, como Funchal, Câmara de Lobos e Calheta. A taxa de participação foi das mais elevadas do país, 63%, um dado que atesta a robustez do sentimento autonómico e a forte identificação entre os eleitores madeirenses e as estruturas do poder local. Neste arquipélago atlântico, a política municipal continua a ser um dos principais espaços de manifestação da identidade coletiva e de afirmação da autonomia constitucional, funcionando como um barómetro da relação entre o cidadão insular e o Estado central.

Os desafios madeirenses, embora distintos dos verificados no continente, são profundamente contemporâneos: envelhecimento demográfico, coesão territorial, sustentabilidade ambiental e digitalização administrativa. A estabilidade política pode, neste contexto, funcionar como alavanca de renovação e transformação, desde que acompanhada de políticas públicas inovadoras e inclusivas. A afirmação do Governo Regional de que “somos mais fortes juntos” não deve ser interpretada apenas como uma frase de circunstância, mas sim como uma expressão de uma cultura política cooperativa, enraizada na prática comunitária e na articulação entre instituições, cidadãos e agentes económicos.

Mais do que os resultados partidários, importa reconhecer que o grande vencedor destas eleições foi a própria democracia. O ato de votar, em si, reafirmou-se como um exercício de confiança, um gesto de esperança e um sinal inequívoco de que a cidadania ativa está viva. Cada presidente de câmara, cada vereador e cada membro das assembleias municipais assumem agora a responsabilidade não apenas de gerir, mas de transformar: de tornar o voto num vetor de ação pública ética, eficiente e centrada nas pessoas. Trata-se de um contrato político e moral entre representantes e representados, cuja legitimidade se constrói no quotidiano, através da escuta, da prestação de contas e do serviço ao bem comum.

No plano nacional, os desafios do novo ciclo autárquico são múltiplos e estruturais. Desde logo, impõe-se a necessidade de reforçar a transparência e a eficiência dos processos administrativos, através da digitalização dos serviços municipais, do combate à corrupção e da promoção da cultura da accountability. Em segundo lugar, exige-se uma abordagem mais integrada no combate às assimetrias territoriais, promovendo a equidade entre litoral e interior, entre grandes centros urbanos e freguesias rurais, entre o continente e as regiões autónomas. A territorialização das políticas públicas deve ser acompanhada de mecanismos

financeiros e logísticos adequados, valorizando o papel estratégico das autarquias na execução dos fundos europeus e na prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Um terceiro desafio prende-se com a necessidade de uma maior articulação intersectorial entre áreas como a saúde, o ambiente, a habitação e os transportes, domínios onde as autarquias têm competências significativas, mas que carecem de uma gestão multiescalar e cooperativa. A nível local, os municípios devem ser entendidos como plataformas de inovação social, capazes de responder a problemas complexos com soluções flexíveis, participadas e adaptadas ao contexto. Finalmente, impõe-se uma aposta na educação para a cidadania, em particular junto das camadas mais jovens, fomentando a literacia democrática e a participação em processos deliberativos como os orçamentos participativos, assembleias juvenis e conselhos locais.

No caso da Madeira, as oportunidades de desenvolvimento sustentável exigem um planeamento estratégico que valorize o turismo com responsabilidade ecológica, a digitalização com inclusão e a saúde com proximidade. A articulação entre o poder local, o Governo Regional e as instituições da União Europeia será decisiva para a concretização da agenda Madeira 2030, cujo sucesso dependerá da capacidade de mobilizar recursos, conhecimento e vontade política em torno de uma visão partilhada de futuro.

Em síntese, as eleições autárquicas de 2025 não foram apenas um momento de competição partidária, mas sim um ponto de viragem cívica, que reaproximou os cidadãos da política e reafirmou a centralidade do poder local na arquitetura democrática portuguesa. Num tempo de complexidade e incerteza, a construção de pontes, entre instituições, territórios, gerações e ideias, torna-se mais urgente do que nunca. A democracia não vive apenas da contagem de votos, mas da capacidade de traduzir esses votos em políticas que melhorem a vida das pessoas, respeitem a diversidade e promovam a inclusão.

É nesta construção coletiva, paciente e comprometida, que reside a verdadeira força da democracia. Que cada eleito, a partir de 2025, compreenda que o seu mandato é, acima de tudo, um compromisso com o futuro. E que, em cada decisão, esteja presente o espírito de serviço, de escuta e de responsabilidade. Porque, em última análise, é juntos que construímos pontes, firmes, éticas e humanas, sobre os mares da diferença.

Referências Bibliográficas

- Comissão Nacional de Eleições. (2025). *Resultados oficiais das eleições autárquicas 2025*. Lisboa: CNE.
- Dalton, R. J. (2024). *Citizen politics: Public opinion and political parties in advanced industrial democracies* (8th ed.). Sage Publications.
- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2025). *Participação eleitoral e distribuição de votos por concelho*. Funchal: DREM.
- European Committee of the Regions. (2025). *Annual Report on Local and Regional Democracy in the EU*. Brussels.
- Freitas, A. I. (2024). *Autonomia e Identidade: Cultura política na Madeira contemporânea*. Universidade da Madeira.
- Giddens, A. (2024). *The renewal of democracy in a digital age*. Polity Press.
- Habermas, J. (2022). *Public sphere and political deliberation*. Cambridge University Press.
- Magone, J. (2024). *Local governance and citizen participation in Southern Europe*. Routledge.
- Norris, P. (2025). *In praise of democracy: Resilience and renewal in the 21st century*. Oxford University Press.
- Público. (2025, outubro 13). PSD vence as autárquicas, PS perde terreno e Chega falha nas câmaras. Lisboa.
- Santos, L., & Gomes, R. (2025). Gestão local, eficiência e ética pública em Portugal pós-pandemia. *Revista Portuguesa de Administração Pública*, 58(2), 22-45.
- Vieira, C., & Pereira, L. (2024). *Juventude, política e futuro na Madeira: Um estudo de perceções cívicas*. Universidade da Madeira.
- Yin, R. K. (2024). *Case study research and applications: Design and methods* (7th ed.). Sage Publications.